



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP

banrisul

Se nada anormal acontecer, juros começam a cair em março

Economia tem dado sinais claros de que está em desaceleração

Na semana que passou, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central decidiu manter a taxa Selic constante em 15%. Havia grande dúvida se o ciclo de queda da taxa de juros iria se iniciar agora ou em março.

O comunicado, divulgado no início da noite de quarta-feira (28), afirmou que “O Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta”.

O plano é iniciar um ciclo de queda da taxa Selic em março, mas a uma velocidade suficiente lenta, de forma a manter a política monetária em terreno contracionista.

Segundo o Copom: “O com-

promisso com a meta impõe serenidade quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo, que dependerão da evolução de fatores que permitam maior confiança no atingimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária”.

Na sexta-feira (30), o IBGE divulgou os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) referentes ao quarto trimestre de 2025. A taxa de desemprego continuou em queda. A desocupação fechou o trimestre em 5,1%, e a média para o ano foi de 5,6%.

Ambas foram as menores leituras para um trimestre e para um ano desde o início da série, em 2012. Os números são os menores desde 1996, segundo uma série do FGV Ibre que retropele (leva para

trás) a nova Pnad. Tudo sugere que mudanças estruturais permitem que o mercado de trabalho brasileiro opere com taxas de desemprego menores. Tratei desse tema em outubro do ano passado.

No entanto, preocupa o comportamento dos salários. No quarto trimestre de 2025, ante o quarto trimestre de 2024, os salários cresceram 5% em termos reais. Para a mesma base de comparação, a massa salarial real cresceu 6,4%.

A evolução dos salários certamente será um tema que a próxima reunião do Copom tratará com muito cuidado. A grande preocupação é que os salários têm crescido acima da produtividade do trabalho. Salários crescerem mais do que a produtividade do trabalho sinaliza que a inflação irá acelerar

à frente.

Quando os salários sobem acima da produtividade, há uma tendência de aceleração da inflação de serviços. De fato, na terça-feira (27) passada, o IBGE divulgou a prévia da inflação de janeiro, conhecida por IPCA-15. O índice, de 0,2%, veio ligeiramente abaixo do que se imaginava, 0,22%.

A desinflação continua muito movida pela valorização do real ante o dólar. No entanto, os serviços muito intensivos em trabalho, uma parte dos serviços que representam 6% do IPCA, têm acelerado: nos 12 meses terminados em janeiro de 2026, a prévia da inflação marcou 6,7% para os serviços intensivos em trabalho, e, para o trimestre terminado em janeiro, a inflação de serviços intensivos em

trabalho foi de 7,6%.

Para iniciar um ciclo de corte de juros, é necessário esperar o mercado de trabalho “virar” e observarmos queda da inflação de serviços? Não é o caso. A economia tem dado sinais claros de que está em desaceleração.

Como o Copom nos avisou, o ciclo de queda da taxa de juros, inicialmente pelo menos, tem como função reduzir o grau de contração monetária e não produzir expansão monetária. Se o Copom demorar muito para iniciar o ciclo de queda, é possível que fique atrasado e tenha de administrar uma desaceleração muito intensa da atividade econômica.

Se nada de muito anormal ocorrer, o ciclo de queda deverá se iniciar em março próximo.

Taxa única:
o upgrade que sua conversão precisava.

Banri Global Account com IOF e Spread unificados é mais dinheiro na conversão da moeda.

USD • EUR • GBP • CAD • AUD

Governo enviará proposta de fim da 6x1 após o Carnaval

/ CONGRESSO NACIONAL

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou nesta ontem que o governo deve enviar, após o Carnaval, o projeto de lei com urgência constitucional para acabar com a escala 6x1. A pauta é uma das prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e será explorada na campanha eleitoral deste ano.

Projetos de lei com urgência constitucional precisam ser votados em até 45 dias. Caso não sejam analisados nesse prazo, trancam a pauta da Câmara ou do Senado. Atualmente, a discussão da 6x1 acontece no âmbito de um projeto de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), sem prazo.

“O governo deve enviar o projeto da 6x1 com urgência constitucional. Tem que ser votado em até 45 dias. Você pauta a Câmara e o País. Esse PL com urgência vira um debate nacional, este é o nosso objetivo. Esse



Fim da escala 6x1 consta na lista de prioridades de Lula, diz Lindbergh

é um debate que a sociedade exige”, afirmou Lindbergh ao deixar a reunião de líderes da Câmara.

O envio de projetos com urgência constitucional é uma prerrogativa do presidente da República para acelerar discussões. Esse tipo de proposta é analisa-

da diretamente no plenário, sem passar por comissões. O PT acredita que, diante da popularidade da ideia, centrão e oposição serão obrigados a votar a favor.

“Quando a escravidão foi abolida, dizia-se que seria uma catástrofe. Quando criaram o salário mínimo a mesma coisa. É sempre isso. Vários países já não trabalham com a 6x1. A sociedade e o povo aguardam esse debate. Na hora da votação, dada a popularidade do tema, teremos votos”, disse.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), se posicionou a favor de pautar o fim da escala 6x1. Na abertura do ano legislativo, na segunda, o parlamentar adiantou:

“Devemos acelerar também o debate sobre a PEC 6x1, com equilíbrio e responsabilidade, ouvindo trabalhadores e empregadores”.

O fim da escala 6x1 consta na lista de prioridades do governo, enviada pelo presidente Lula ao Congresso na segunda.

CNI abre debate da agenda legislativa com foco na jornada de trabalho

O início do debate sobre a agenda legislativa da indústria apontou, ontem, prioridade para temas como a manutenção da escala de trabalho 6x1, além de propostas voltadas à modernização regulatória e à competitividade do setor produtivo. As sinalizações foram dadas durante a abertura do Seminário de Construção da Agenda Legislativa da Indústria 2026, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O evento reúne mais de 700 representantes, entre empresários, dirigentes e executivos de federações estaduais, associações setoriais e sindicatos industriais, com o objetivo de definir os projetos de lei considerados prioritários para acompanhamento junto ao Congresso Nacional. Os debates se estendem até hoje.

Entre os temas em discussão e que devem integrar a 31ª Agenda Legislativa da Indústria estão a regulamentação da Inteligência Artificial, a reforma da Lei Geral de

Concessões e das parcerias público-privadas (PPPs), o marco legal do comércio exterior, mudanças na tributação da renda corporativa e propostas na área trabalhista.

Segundo o diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz, a expectativa é que mais de 100 projetos sejam priorizados pela base industrial. “Teremos janelas de votações concentradas no primeiro semestre e no período pós-eleitoral”, afirma. Muniz destaca que a agenda legislativa é vista pela entidade como um instrumento central de articulação política e técnica. “A capacidade de enfrentar o Custo Brasil e preservar a estabilidade macroeconômica dependerá da nossa prontidão técnica e política”, diz.

No debate trabalhista, a CNI se posicionou contra o fim da escala 6x1. A entidade reconhece a legitimidade da discussão, mas avalia que uma mudança nesse modelo reduziria a competitividade da indústria.